

**ACTA N.º 23/2009
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA
EM 3 DE DEZEMBRO DE 2009**

-----Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal, NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, JÚLIO JOÃO CARREIRA VIEIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, ANABELA DOS SANTOS MARTINS, LUÍS MANUEL COELHO DE ALMEIDA, RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES E RITA ALEXANDRA SACRAMENTO ROSA CEREJO. --- -----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----**APROVAÇÃO DA REDACÇÃO FINAL DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Após análise da acta da reunião anterior, foi a mesma aprovada na sua redacção final.-----

-----**REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL** – Deliberado aprovar.-----

OBRAS PARTICULARES-----

-----**PROC.º N.º 451/2002 – REQUERENTE** – José Alberto dos Santos e Outra, requerem que a legalização do muro seja considerada como um processo independente ao processo de construção de uma moradia unifamiliar, sita em Amarela, freguesia de S. Pedro, assim como solicita a emissão da licença de utilização requerida em doze de Setembro de dois mil e sete.--- -----

-----Deliberado conceder licença de utilização para a moradia, mantendo-se todas as formalidades relativamente ao muro nomeadamente quanto à sua ilegalidade.-----

-----**PROC.º N.º 458/2007 – REQUERENTE** – Vasicol – Olaria de Barro Vermelho, Ld.ª, requer a dispensa da junção dos prédios, com os art.ºs 1770 e 1771, de modo a que seja emitida a licença de construção referente à ampliação e legalização de uma unidade fabril, sita em Moitalina, freguesia de Pedreiras.-----

-----Deliberado deferir face ao exposto.-----

PEDREIRAS-----

-----**PROC.º N.º 341/2009 – REQUERENTE** – Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional da Economia do Centro, requer a emissão do parecer sobre os elementos do Plano de Pedreira, denominada “Pia das Lages”, sita na freguesia de Serro Ventoso, pertencente a Garcia Anastácio Bento.-----

-----Deliberado aprovar.-----

DIVERSOS-----

-----**INFORMAÇÃO SOBRE A ISENÇÃO DA EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO PARA OS EDIFÍCIOS CONCLUÍDOS ATÉ VINTE E QUATRO DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA** – Presente uma informação da Chefe de Divisão de Licenciamento Urbano, Arqt.^a Ester Vieira, no seguinte teor: -----

-----“Tendo em atenção que tem sido aplicado em todos os anteriores mandatos da Câmara Municipal, que para as edificações erigidas antes de 24 de Março de 1980 (entrada em vigor do 1.º Regulamento Municipal de Edificações Urbanas no Concelho de Porto de Mós, o qual foi aprovado, em reunião de Câmara Municipal, de 23/04/1979 e em Assembleia Municipal, de 16/05/1979), não é exigível a Licença de Utilização, considero que será uma disposição a manter, no entanto, à consideração da Exma. Câmara.”-----

-----Deliberado concordar com a informação e proceder em conformidade. -----

-----**CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DO ANTIGO JARDIM DE INFÂNCIA DOS BOUCEIROS** – Presente uma carta da Associação Coração Amarelo, Instituição Particular de Solidariedade Social, assente na colaboração de voluntários, a solicitar a cedência das instalações do antigo Jardim de Infância dos Bouceiros, para sede desta Associação. -----

-----Deliberado ceder mediante a celebração de protocolo a estabelecer entre as partes nos termos habituais.-----

-----**PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MIRA DE AIRE E ALVADOS E O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS** – Deliberado aprovar e autorizar o Senhor Presidente da Câmara a outorgar o mesmo. -----

-----**PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** – Presente um requerimento de Maria Goreti de Sousa Santana Coelho, a solicitar a prorrogação de horário de funcionamento por mais uma hora, para o seu estabelecimento de restauração e bebidas, sito na Estrada Nacional 231, no lugar de Pinhal Verde, freguesia de Pedreiras, ou seja, das sete às três horas.-----

-----Deliberado indeferir o pedido, mantendo-se o horário até às duas horas e alertar a exploradora para o facto de existirem reclamações para o ruído, emitido a partir das vinte e duas horas, violando a Lei do Ruído.-----

-----**PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA** – Presente um fax de EP – Estradas de Portugal, S.A., a solicitar a emissão de declaração de utilidade pública do empreendimento denominado “EN243 – Ponte sobre o Rio Alcaide ao Km 6+107 – Projecto de Nova Obra de Arte e Acessos Imediatos”-----

-----Deliberado considerar de utilidade pública e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a emissão da Declaração de Utilidade Pública. -----

-----**PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE CONCELHIO** – Presente uma carta da empresa Margon – Materiais e Revestimentos Modernos para Edificações, S.A., a solicitar que lhe seja emitida uma declaração de interesse concelhio, pela sua contribuição de relevo para o desenvolvimento económico do concelho, pelos seus postos de trabalho directos e indirectos criados e pela continuidade da actividade da Margon, S.A. com vista a integrar o processo de ampliação da Pedreira Quinta do Chicalhão III. -----

-----Deliberado considerar como Interesse Concelhio.-----

-----**RECONHECIMENTO DE INVESTIMENTO RELEVANTE PARA O CONCELHO** – Presente uma carta da empresa Sirplaste – Sociedade Industrial de Recuperados de Plástico, S.A., a solicitar o reconhecimento de investimento relevante para o concelho, da unidade industrial em fase final de construção, sita na freguesia de S. Pedro, ao abrigo do artigo 13.º - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento realizado em 2009 – da Lei n.º 10/2009, de 10 de Março. -----

-----Deliberado submeter à Assembleia Municipal.-----

-----**XVIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – RATIFICAÇÃO** – Deliberado ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara. - -----

-----**SUBCONCESSÃO LITORAL OESTE – IC2 – VARIANTE DA BATALHA REDIDO DE PARECER SOBRE O RECAPE** – Presente um ofício de EP- Estradas de Portugal, S.A., a solicitar a emissão de parecer sobre o RECAPE. -----

-----Deliberado emitir parecer favorável. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS** -----

-----**TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do movimento dos fundos, por intermédio do Resumo Diário da Tesouraria. -----

-----**GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2010 E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2010** – O Senhor Presidente da Câmara apresentou ao Executivo Camarário as Grandes Opções do Plano do Município e Orçamento para o ano dois mil e dez, que importa tanto na receita como na despesa em vinte e seis milhões novecentos e sessenta e um mil setecentos e oitenta e quatro euros. -----

Referiu que é o plano de actividades possível de ser apresentado devido aos fortes condicionalismos que a Câmara tem, sobretudo devido à diminuição de receitas municipais, derivado da crise económica que se verifica. O Plano apresentado é o plano possível, poderia ter sido um pouco empolado dado que o ano 2010 irá ser um ano forte em termos do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN, com obras financiadas, contudo não avançaram para grandes empolamentos. -----

Da proposta apresentada, o Senhor Presidente começou por destacar as obras que considera mais importantes em cada capítulo. Referiu que o plano espelha muitas obras que se encontram em execução física às quais é preciso dar continuidade e suportar os custos inerentes à sua execução, como sejam, por exemplo, a Ponte de S. Pedro, o Parque Verde que estão a avançar e têm um grande impacto no orçamento para o ano 2010, não obstante haver contrapartidas de financiamento de outras entidades. -----

No que se refere à Administração Geral referiu que estão inscritas rubricas que vêm de traz e reflectem os encargos já assumidos, como por exemplo os contratos de locação financeira. -----

-----No que diz respeito à segurança e ordem pública referiu que é possível que se tenha que adquirir o terreno para o quartel da GNR de Mira de Aire dado que é possível que o novo Secretário de Estado queira avançar com a obra. Referiu ainda que ficou rubrica aberta para a remodelação do quartel no caso de acontecer como na Batalha em que a verba é transferida para a Câmara e sendo Dona da obra, a mesma tem que estar inscrita em plano. O mesmo acontece com o quartel de Porto de Mós. -----

-----No capítulo da Protecção Civil o Senhor Presidente referiu que a verba inscrita para as Obras na helipista de Alcaria diz respeito a dívida da obra que está em execução. -----

-----Ainda neste capítulo referiu o apoio às Associações de Bombeiros com a verba um pouco mais elevada para o apoio à Equipa de Intervenção Permanente, referindo que a Câmara -----

Municipal está a compartilhar metade do vencimento e encargos inerentes ao mesmo a cinco bombeiros por mês, e também para o apoio anual aos bombeiros que é habitual atribuir. Referiu ainda o apoio para aquisição de viaturas aos Bombeiros. Outra rubrica que se mantém é o apoio para a aquisição do terreno do quartel dos bombeiros de Porto de Mós, compete à Câmara apoiar o terreno e não adquirir. -----

-----Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que entende que tendo o Executivo Municipal a responsabilidade da Administração do território lhe parece que deveria ser a Câmara Municipal a tomar essa posição e não os Bombeiros. O Sr. Presidente respondeu que entende que não, que deverá ser a direcção dos bombeiros a escolher o local para o quartel. -----

-----Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira questionando como está o apoio que foi deliberado para a redução do custo da água aos Bombeiros. O Sr. Presidente respondeu que se trata de um apoio social ao corpo de bombeiros, é intenção da Câmara fazer alguns ajustes, de acordo com algumas conversas que têm vindo a ter com os corpos de bombeiros, que se traduzem numa redução das verbas e noutra redistribuição do apoio, mas será um assunto a discutir noutra reunião. -----

-----Na área da educação e no que diz respeito aos jardins de infância o Sr. Presidente destacou a obra da construção da sala de refeições da Cumeira, cuja verba inscrita se refere a parte da dívida ainda por pagar. A verba inscrita para aquecimento destina-se à colocação do mesmo na Pré de Alqueidão da Serra. -----

No ensino básico destacou a obra de construção do centro escolar da Cruz da Légua tratando-se de uma obra que pretendem iniciar. -----

-----O Sr. Vereador Júlio Vieira interveio questionando se a obra contempla o 1º ciclo e jardim-de-infância. O Sr. Presidente respondeu que contempla o 1º ciclo, jardim-de-infância, sala de tempos livres, salas de refeições, biblioteca, sala professores e sala de reuniões.

No que se refere ao projecto de microgeração trata-se de um projecto que está em curso. Referiu ainda o projecto inscrito em plano da Construção do Pólo da Calvaria de Cima, dado que é uma obra urgente. -----

-----No que se refere aos serviços auxiliares de ensino, o Sr. Presidente destacou as verbas referentes às refeições escolares, transportes escolares e actividades extra curriculares e refeições que representam uma verba significativa de quase um milhão e meio de euros. Verifica-se que hoje em dia cada vez mais as funções sociais são importantes.

-----Da proposta apresentada na área da saúde, continua-se com a verba de leasing para a aquisição da viatura dado que os serviços de saúde se encontram em reorganização. Uma viatura que já esteve praticamente para ser adquirida, mas tendo em atenção os valores elevados e a reorganização dos serviços de saúde ainda não foi, ficando a rubrica aberta para o caso da sua aquisição. Referiu ainda a obra da Extensão de Saúde do Juncal que se encontra em curso, sendo o valor cem por cento pago pela Direcção-Geral de Saúde. Referiu ainda na função saúde, o apoio à Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós para a Unidade de Cuidados Continuados, que tem a ver com um programa na qual houve uma candidatura por parte da Santa Casa da Misericórdia. O investimento é elevado e entende, pelo serviço que presta ao Município, que também teremos que compartilhar esta obra. Em termos de financiamento uma parte do mesmo está garantido, para já, para 30 camas por parte do Ministério da Saúde, estando a Santa Casa a providenciar um empréstimo bancário. Haverá uma parte que entendemos ser importante também financiar, estando a mesma já aprovada pelo Ministério da Saúde recordando que a Câmara Municipal já cedeu o terreno para a construção da mesma, junto aos colos onde era o antigo estaleiro. -----

-----Interveio o Sr. Vereador Júlio Viera solicitando justificação do critério para a distribuição daqueles valores em plano e se há uma previsão da obra. O Sr. Presidente respondeu que sim, a obra está estimada em dois milhões de euros, referindo que o edifício irá ficar preparado para depois ser alargado para 60 camas. Acrescentou que há uma participação por parte do Ministério da Saúde de cerca setecentos e cinquenta mil euros e falta cerca de um milhão de euros. Já têm garantia de financiamento bancário de cerca de quinhentos mil euros e a Câmara apoiará cerca de quatrocentos mil euros sendo o apoio faseado pelos 4 anos.

-----No que diz respeito à Acção Social, destacou o apoio às casas do povo e às várias instituições do concelho, como também a famílias carenciadas. No que se refere ao apoio ao CASSAC, trata-se de uma rubrica a reforçar caso a obra venha a avançar.-----
Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira questionando à quantos anos já começou a questão do CASSAC, o Sr. Presidente respondeu que há muitos, mas que não pode apoiar uma obra que viola o PDM, tendo o Sr. Vereador Júlio Vieira referido que foi exactamente o que o Sr. Presidente mencionou que o surpreendeu, como é que se investe na aquisição de terrenos onde não se pode construir, acrescentando ainda que a Câmara e as Juntas apoiaram como se de uma situação normal se tratasse. O Sr. Presidente respondeu que naturalmente as Juntas apoiaram e que se prevê ser uma situação a desbloquear no novo PDM.-----

-----No capítulo do ordenamento do território, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir a verba inscrita para o PDM, referindo que o mesmo está a andar bem e que existem duas rubricas inscritas no Plano dado que uma tem a ver com a adjudicação inicial para a Revisão do PDM e outra com a adjudicação do impacto ambiental.-----

O Senhor Vereador Júlio Vieira questionou qual a previsão para o PDM entrar em discussão pública. O Sr. Presidente respondeu que a correr bem dentro de um ano, referindo que ainda naquele dia recebeu os elementos rectificadas da reserva agrícola e ecológica que já estão tacitamente aprovados pelas respectivas comissões.-----

-----Nos projectos inscritos no PRAUD destacou os arranjos exteriores do Castelo de Porto de Mós que tem a ver com o cemitério, os espaços envolventes e alguns arruamentos. A Capela S. Silvestre em Alcaria está concluída. Estão inscritas algumas obras de passeios e arruamentos que são obras em curso. Acrescentou que a obra inscrita no plano para a ponte de S. Pedro se trata da verba para o arranjo do largo dos patos, referindo ainda que a verba a transferir para as estradas de Portugal está nas outras funções, em transferência para a EP no valor de duzentos mil euros.-----

O Plano de pormenor de salvaguarda de S. Jorge é um plano que tem que avançar e espera uma reunião com o IGESPAR. Tendo o Sr. Vereador Júlio Vieira questionado se existem algumas expropriações em curso em S. Jorge, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que sim, mas por parte do IGESPAR e já algum tempo se calhar à mais de dois anos.

-----No capítulo do saneamento, o Senhor Presidente da Câmara referiu a obra do saneamento de Mira de Aire em que se encontra previsto o montante para o ano 2010 e 2011, de acordo com os prazos de execução da obra. Referiu ainda que existem algumas obras inscritas no plano com referencia 05 que se referem a obras cujos processos se encontra em tribunal e cujos acordos feitos foram em liquidar 50% da dívida em 2009 e os restantes em 2010 daí o impacto que ainda têm no Orçamento para o ano 2010.-----

-----Do total de investimentos previstos no capítulo do Abastecimento de água, destacou a verba inscrita para a obra do abastecimento de água a Covão de Oles, Casais de Vales e Alqueidão da Serra, cujo projecto está concluído, sendo uma obra para avançar para concurso. A obra de ampliação da rede de águas S. Bento / Penedos Belos já está em fase final de construção. Neste capítulo referiu ainda a existência de mais uma rubrica para uma nova captação, mencionando que neste momento está a ser ligada a nova captação dos Pragais. Acrescentou que se tem vindo a regularizar as aquisições de terrenos que estavam ligados ao sector de águas e que estavam por resolver, como por exemplo um furo em Casais de Matos que estava num terreno ocupado já há cerca de 10 anos e que só agora foi resolvido e pago.-----

-----Da proposta apresentada na área da cultura, o Senhor Presidente destacou a obra da casa calado sendo urgente intervir no telhado da mesma e o apoio às colectividades como é habitual.-----

-----No que se refere ao desporto, recreio e lazer o Senhor Presidente destacou os apoios às colectividades e a conclusão do polidesportivo e arranjos exteriores em Alqueidão da Serra, que se está a degradar.-----

-----No capítulo das actividades cívicas e religiosas, o Senhor Presidente falou da construção da Casa Velório de Porto de Mós, que é uma obra que está a avançar. Solicitou para intervir o Sr. Vereador Júlio Vieira questionando se a obra da casa velório é mesmo para levar até ao fim, sem se equacionar outra possibilidade. O Sr. Presidente respondeu que é para

avançar nem sequer neste momento é possível parar, se não teríamos que pagar ao empreiteiro uma indemnização. Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que poderiam reconverter o edifício para outra função. Este executivo não o fará referiu o Sr. Presidente da Câmara ,acrescentando que é um edifício muito bonito e que valoriza aquele espaço. Referiu ainda que foram três anos a discutir a localização da casa velório, reuniram com todas as Juntas de Freguesia, incluindo a de S. João, reuniram com as comissões fabriqueiras, Srs. Padres com a Santa Casa da Misericórdia, tendo o Sr. Vereador Júlio Vieira referido que apesar de discutirem com toda a gente levaram a vossa à vante. Referiu ainda o Sr. Presidente da Câmara que a opção atrás da Igreja de S. Pedro era impossível porque o plano de pormenor da várzea não permite, terreno do seminário ao lado da casa do povo o seminário não autorizou, outra solução ao lado da igreja de S. João, não porque iria ser construído o salão paroquial, a hipótese da Junta de S. João foi construir perto da Igreja de S. João, nos casarios velhos que ali estavam, reuniram com os proprietários que não autorizaram, outra solução a norte do cemitério velho não pode ser porque é zona não edificante e outra solução equacionada foi ao pé da Santa Casa da Misericórdia, que também não houve concordância dada a proximidade do lar. Esta opção surgiu aqui em reunião de Câmara e foi aprovada com a abstenção dos Vereadores do PSD. Interveio o Sr. Vereador Albino Januário referindo que a localização da Casa Velório tem um processo histórico com actas lavradas e foi ali o melhor sítio estudado para a localização, há quem diga que contacta com uma praça, o que não é realmente verdade. Contacta sim com um parque e das duas vezes que se deslocou ao local por volta das 10 horas numa sexta –feira, dia de mercado, verificou que existirem três carros de fruta, dois deles maiores, a vender, presume, aos restaurante e um mais pequeno que também vende ao consumidor final. Portanto, é esta a confusão que se verifica à sexta-feira, sem deixar de referir que o mercado já não é o que era ,infelizmente. Acrescentou ainda que existem outras casas velório, como por exemplo a casa velório de Mira de Aire, S. Bento e Calvaria de Cima que se localizam também num recinto de festas, e a de Porto de Mós não se pode fazer dado que confronta com um parque ligado a uma praça. -----

-----Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que é a primeira vez neste mandato que estão a discutir o assunto da Casa Velório e que agora percebeu porque é que a mesma foi para ali, com a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vereador Albino Januário, referindo que a petição que por ai anda não foi lançada por ele nem tem nada a ver com isso. Acrescentou que há muito que também sabem que é contra a localização da casa velório naquele sítio. Os argumentos não têm só a ver com o mercado, mas também com o facto de se terem investidos trezentos mil euros numa praça, teoricamente para lhe acrescentar vida, e depois colocar lá a “morte”, é isto que não lhe parece fazer sentido. Quando houver uma festa na Praça Arménio Marques com música alta até tarde e alguém estiver a velar um morto ali ao lado, não lhe parece aceitável. Questionando se entendem que a localização das Casas velório que referiram são perfeitas. Interveio o Sr. Vereador Albino Januário referindo que se calhar não são os locais perfeitos, mas aqueles que as pessoas entenderam possíveis à data.-----

Interveio o Sr. Vereador Júlio Vieira referindo que, se se vai ter de proceder ao alargamento do cemitério, entende ser ai a melhor localização. O Sr. Vereador Albino Januário referiu que é fácil expropriar terrenos para o cemitério mas não para uma casa velório, tendo o Sr. Vereador Júlio Vieira referido que seria possível contemplar espaço para a construção da mesma. -----

Ainda no capítulo das actividades cívicas e religiosas o Sr. Presidente da Câmara referiu os apoios aí inscritos para diversas instituições. -----

-----No capítulo jardins e arborizações, o Senhor Presidente destacou a obra da construção do parque verde da Vila que está neste momento em curso -----

-----No sector da indústria e energia referiu que a obra no Parque Industrial de Porto de Mós 2ª fase está em acabamento. A obra de construção de Infraestruturas da 3ª fase do Parque industrial de Porto de Mós é uma obra que vai para concurso uma vez que está na contratualização no âmbito dos apoios do QREN, e é urgente avançar com ela até porque também temos muitas empresas a quererem instalar-se em Porto de Mós. -----

Nas funções transportes e comunicações referiu a rubrica aberta para a abertura do arruamento da VDGI. É uma obra a avançar depois de concluído o parque verde . Tendo o Sr. Vereador

Júlio Vieira questionado se a VDG1 só contempla a pavimentação, tendo o Sr. Presidente referido que tem três soluções, o alargamento, pavimento e estacionamento e não pode ser feita a obra sem estar concluído o parque verde, e nem seria possível encerrar a estrada nesta fase. O Sr. Vereador Júlio Vieira questionou se na obra do parque verde não está contemplado o alargamento da VDG1. -----

-----O Sr. Presidente respondeu que não, está sim prevista intervenção no estacionamento mas não no alargamento e referiu a obra de pavimentação da Rua Portela – Ribeira de Cima, que está concluída. Referindo ainda que tem que se investir em alguns alcatroamentos na freguesia de Alvados e S. Bento.-----

-----O Sr. Vereador Júlio Vieira questionou a verba elevada para a manutenção de estradas do Concelho. O Sr. Presidente da Câmara respondeu que grande parte vai para alcatrão que se coloca quase todos dias em buracos, e contempla também uma adjudicação da obra do alcatroamento da estrada do tojal. -----

-----O Sr. Vereador Júlio Vieira questionou se a obra inscrita no plano do muro de suporte de terras junto à escola da cruz da légua se refere, ao muro da Silmar, tendo o Sr. Presidente respondido que se trata de um troço de muro que é urgente intervir.-----

-----No que se refere ao Turismo, o Senhor Presidente destacou a elaboração do Mapa Geoturístico de Porto de Mós que está a ser elaborado pela Faculdade de Ciências de Coimbra e Lisboa, nomeadamente pela Dra. Maria Luísa, que considera importante dado que existem situações no concelho que devem ser divulgadas e valorizadas com este mapa. O Jardim da pedra é uma obra que temos luz verde e que foi feita uma candidatura apresentada em parceria com a Direcção Geral de Geologia. -----

-----Em relação à função das transferências entre administrações, destacou a transferência para a Associação de municípios para a Forno Crematório justificando que se trata apenas e uma rubrica aberta, dado que em princípio não irá ser feita nenhuma transferência uma vez que se pretende abrir concurso para a concepção, construção e exploração, verificando-se existiram já empresas que mostraram interesse nessa solução.-----

No que se refere às transferências correntes para as freguesias, essas decorrem dos protocolos de delegação de competências que se pretende virem a ser aprovados na próxima Assembleia Municipal.-- -----

-----De seguida o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Albino Januário que apresentou o relatório do Orçamento para o ano 2010 referindo que o mesmo estabelece a explicação de algumas rubricas que compõe o orçamento e também a sua relação com outras. Estabelece ainda vários parâmetros de comparabilidade em relação ao orçamento inicial de 2009 pelo que lhe parece um documento muito útil para quem quer analisar o Orçamento agora apresentado. -----

O montante do Orçamento para 2010 ascende a 26.961.784 €. Este valor corresponde a um aumento global de 8,14 %, relativamente ao Orçamento inicial de 2009. Contudo, se considerarmos o aumento do orçamento inicial em 850.000,00 €, resultante da verba inscrita na sequência da transferência de competências na área da Educação, esta percentagem desce para 4,57%. Referiu ainda que ao longo do ano, o orçamento vai sofrendo algumas alterações que resultam de várias causas e de uma dinâmica própria também frequente na Câmara, mas também da dificuldade séria de se estimarem com rigor as verbas inscritas no Orçamento. Daí a necessidade de se fazerem ao longo do ano modificações que vêm corrigir algumas verbas contidas no orçamento inicial, e portanto aquando da prestação de contas possam não se encontrar os valores iniciais estimados. Referiu ainda que as despesas de Investimento correspondem a 48% das despesas totais e as despesas correntes rondam os 52% da despesa total, o que seria bom que os valores se mantivessem na prestação de contas. As despesas com o pessoal sofreram um aumento 1 % descontando as despesas do pessoal que parcialmente suportamos a partir de 1 de Março devido ao protocolo da transferência de competências. Na página 12 é apresentado um quadro que indica uma realidade que se tem na câmara e que não tem melhorado. Existem grandes variáveis que obrigam a um esforço financeiro da Câmara e que controlamos pouco são estas três rubricas mas poderiam ser indicadas outras. Nestas três verbas verifica-se que comparando 10 meses de exercício tiveram um acréscimo de 12.6%. São

três verbas com poucas hipóteses de controlar por exemplo no que se refere à energia eléctrica o concelho vai crescendo há mais edifícios há grande solicitação das juntas para colocação de candeeiros pelo que se reflecte no aumento da rede e consequente aumento da facturação. -----

As despesas de capital representam 48,5% do total das despesas tem grande peso os investimentos previstos com apoio QREN que significam cerca de sete milhões de euros que seria bom serem conseguidos. O Sr. Vereador Júlio Vieira questionou se sabe de onde vem os cinco milhões de receitas inscritas no QREN. Das obras que têm apoio previsto e estão candidatas como sejam o parque da vila, espaço jovem, casa da cultura, ecopista e o projecto Porto de Mós nos Encantos. Questionou o Sr. Vereador Júlio Vieira se esperam receber 5 milhões de euros em 2010 do QREN. O Sr. Vereador Albino Januário respondeu que seria bom até porque já temos obras em execução. Mas temos que os prever trata-se de uma estimativa. Na página 13 aparecem uma série de obras que entendemos serem relevantes pelo peso que elas têm, sendo que a página 15 do relatório evidencia as principais áreas de aplicação do investimento com realização prevista para 2010. É dada ainda a indicação do peso relativo que cada uma dessas áreas tem no total dos investimentos globais. Referiu ainda como está referido na página 21 do relatório a adopção de políticas que levam ao incremento de energias alternativas em substituição das energias tradicionais que é hoje um dos objectivos nacionais em curso. O Executivo Municipal entendeu também dar início a esse processo de inovação e passar a produzir energia solar e, simultaneamente, aproveitar a mesma fonte energética para o aquecimento das águas em alguns dos edifícios do Município. -----

Este investimento em microgeração de energia, tem retorno do capital assegurado em cerca de sete anos. A sua eficiência energética está garantida durante a sua vida útil (cerca de vinte cinco anos). Tratando-se de um grande novidade no sector público, fica contente por sermos pioneiros nestes projectos. -----

O primeiro projecto foi iniciado em Setembro 2009 e respeita à instalação do equipamento em nove escolas EB1 e a sua concretização está em curso nesta data. -----

O Sr. Vereador Júlio Vieira questiona em que escolas vão colocar, tendo o Sr. Vereador respondido que actualmente irão ser colocadas em sete escolas. Ao que o Sr. Vereador Júlio Vieira questionou quantas escolas tem o concelho, dado que concorda com tudo o que foi dito e entende que se é rentável poderia ser estendido aos edifícios públicos dado que é um bom investimento e ecológico, pelo que gostaria que lhe fosse dito qual o critério de escolha das escolas. -----

Intervio o Sr. Albino Januário referindo que as coisas tem que ser estudados e tem que haver a garantia de eficiência, apostar sem nenhum dado analítico da situação era uma asneira. Uma das empresas concorrentes avaliou e disse quais as escolas que tinham eficiência para avançar com o projecto. Poderá haver outras que também é possível terem viabilidade, mas que por agora por algumas restrições não estão aqui e neste momento não temos condições financeiras para tal.

O segundo projecto referente à aquisição de cinco equipamentos a instalar em outros tantos edifícios não escolares está em fase de análise técnica, prevendo-se o seu início para Abril de 2010, são eles o Cinema, as Piscinas Municipais o Pavilhão Desportivo de Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal. Estão a ser analisados a viabilidade destes locais. -----

O Sr. Vereador Albino Januário terminou a sua apresentação referindo as páginas 24 e 25 do relatório que justificam as rubricas genéricas inscritas no orçamento, justificando a origem dos valores inscritos. -----

O Sr. Vereador Júlio Vieira referiu que estranhou ter sido entregue o Orçamento e o Plano sem este relatório, sobretudo sabendo que o Sr. Vereador Albino Januário o valoriza tanto, contudo irá lê-lo a seguir. Verificou que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano reflectem o programa eleitoral do Partido Socialista. Entende haver aqui duas visões que é o futuro de Porto de Mós e o desenvolvimento de Porto de Mós, não consegue ver o desenvolvimento de Porto de Mós com o plano apresentado. Toda a gente sabe que Porto de Mós tem um problema de Saneamento, está programada neste Plano a primeira fase de saneamento de Mira de Aire e bem, contudo questionou o resto do concelho porque como se sabe em 2013 o problema tem que estar resolvido.

Em termos de desenvolvimento económico o que é projectado para os próximos quatro anos é a terceira fase do parque industrial de Porto de Mós e bem, mas a reconfiguração daquela zona industrial num parque tecnológico ficou esquecido, para já não falar em Mira de Aire e Juncal que não está previsto investir em termos de parque industrial. Um concelho com as características e potencialidades de Porto de Mós ter na rubrica do desenvolvimento turístico de mil euros participado em 70 % diz tudo em relação à vossa visão da valorização em relação património histórico e natural que temos.-----

O Sr. Presidente respondeu que em termos turismo está a ser elaborado o mapa geoturístico , a carta turística, mas de facto também é importante levar água a S. Bento e Penedos Belos, entre outras. Tem que haver opções, estas foram as nossas. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara, pôs a votação as **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2010** e o **ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2010**, tendo sido deliberado **aprovar por maioria e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com a abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata** que apresentaram uma Declaração de Voto, no seguinte teor: -----

-----“**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----Analisando o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2010, e considerando que e entre outras:-----

-----1) **ACÇÃO SOCIAL**: Sendo uma rubrica mais virada para as pessoas, e tendo presente a conjuntura económica que atravessamos, e devendo as autarquias acompanhar de perto a evolução dos efeitos negativos que tal conjuntura possa trazer aos seus Concelhos, pensamos que esta rubrica deveria para além de mais dotada, conter outras vertentes tais como o apoio pontual a famílias em situação económica difícil devido ao desemprego e nomeadamente em casais de desemprego mútuo e perda do subsídio de desemprego.-----

-----2) **SANEAMENTO**: Sabendo de antemão que no ano de 2013 o concelho terá de ter uma taxa de cobertura muito superior à que existe actualmente, pensamos que se deveria começar desde já a preparar esse período, de modo a não vir a sobrecarregar os anos vindouros com verbas bastantes elevadas para esse fim, pelo que consideramos manifestamente pequena a verba orçamentada, e também as redes de saneamento propostas.-----

-----3) **COMÉRCIO E TURISMO**: Constatando o grau de preocupação que impera entre os comerciantes do nosso Concelho, consideramos que o valor dotado nesta rubrica é manifestamente baixo não tendo sido feito um esforço para dar uma imagem nova e mais dinâmica através do turismo, ao Concelho de Porto de Mós. -----

-----4) **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**: Apenas é contemplada a 3.ª Fase da Zona Industrial de Porto de Mós, sem nenhuma alteração na configuração desta Zona Industrial.

-----Juncal e Mira de Aire sem qualquer alteração ou investimento. -----

-----Porto de Mós, 03/12/09.-----

-----Júlio Vieira e Luís Almeida.” -----

-----**MAPA DE PESSOAL PARA 2010** – Presente uma informação da Chefe de Divisão de Economia e Finanças, Dr.ª Neuza José dos Reis Morins, no seguinte teor: -----

-----“Com a entrada em vigor do novo regime de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovado pela Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o mapa de pessoal, para o ano 2010, nos termos do disposto nos art.ºs 4.º e 5.º da citada Lei, será o que vier a ser aprovados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, aquando da elaboração do orçamento para o ano 2010, conforme disposto no nº 2 do artigo 4º e nº 3 do artigo 5º da referida Lei. -----

----- “Artigo 4.º -----

----- Planificação da actividade e dos recursos -----

----- 1 — Tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objectivos superiormente fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, os órgãos e serviços planeiam, aquando da preparação da proposta de orçamento, as actividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respectivo mapa de pessoal. -----

----- 2 — Os elementos referidos no número anterior acompanham a respectiva proposta de orçamento.” -----

----- “Artigo 5.º -----

----- Mapas de pessoal -----

----- 3 — Os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento e tornados públicos por afixação no órgão ou serviço e inserção em página electrónica, assim devendo permanecer. -----

----- 4 — A alteração dos mapas de pessoal que implique redução de postos de trabalho fundamenta-se em reorganização do órgão ou serviço nos termos legalmente previstos.” -----

----- Informo ainda que os recrutamentos a efectuar no próximo ano irão estar condicionados à caracterização dos postos de trabalho necessários para 2010, constantes do mapa de pessoal que vier a ser aprovado para esse ano. -----

----- Face ao exposto junto anexo o Mapa de Pessoal para o ano 2010, para que o mesmo seja aprovado pela Câmara Municipal e remetido à Assembleia Municipal para Aprovação. -----

----- É o que me cumpre informar.” -----

----- Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **DEVIDO À URGÊNCIA, FOI DELIBERADO DISCUTIR OS SEGUINTESS ASSUNTOS:** -----

----- **FINANCIAMENTO POR LEASING PARA A INSTALAÇÃO DE 9 KITS DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA NAS ESCOLAS DO CONCELHO – RELATÓRIO FINAL** – Deliberado concordar com o Relatório Final e adjudicar o financiamento por leasing para a Instalação de 9 Kits de Microgeração de Energia Eléctrica nas Escolas do Concelho ao Banco BPI, S.A. -----

----- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA** – Presente uma informação da Chefe de Divisão de Economia e Finanças, Dr.ª Neuza José dos Reis Morins, no seguinte teor: -----

----- “Tendo em consideração que as Juntas de Freguesia são Órgãos de Poder Local Eleitos, e que as mesmas conseguem por vezes conjugar esforços e energias, no sentido da concretização de determinados projectos de interesse para as populações, e que alguns desses projectos não são estritamente da sua competência nos termos da Lei, mas sim da Câmara Municipal, propõe-se ao Exmo. Senhor Presidente, que a Câmara delibere pedir autorização à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), n.º 6, do Artigo 64º e de acordo com o disposto no Artigo 66º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro para delegar competências nas Juntas de Freguesia para a execução de determinadas obras, resultando sempre disso benefícios para o interesse comum.” -----

-----Deliberado concordar com a informação e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO LIVRAMENTO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO** – Presente uma informação dos Serviços Técnicos, no seguinte teor:-----

-----“Na sequência do fax emitido pela empresa *Pinto & Braz Lda.* com a referência nº724 -MS, datada de 03.12.2009, cumpre informar o seguinte:-----

-----A Consignação da Obra foi celebrada em 19.02.2009;-----

-----A empreitada corresponde ao contrato nº 29/2008, datado de 12.12.2008;-----

-----O Prazo de Execução da Empreitada é de 250 dias;-----

-----A Data de conclusão da empreitada estava prevista para 27.10.2009;-----

-----A Data de conclusão da empreitada após 1ªprorrogação Graciosa finda em 11.12.2009;-----

-----Valor total da Empreitada = 135.269,97 €;-----

-----A empreitada rege-se pelo decreto-lei nº59/99 de 2 de Março.-----

-----Correctamente, deveria ter sido explicitado pelo Empreiteiro a justificação do prazo de 60 dias mencionado no documento emitido, situação que no entanto, não se verificou. A Fiscalização confirma as razões invocadas no fax supracitado. O processo também deveria ter sido acompanhado com um novo plano de trabalhos, o que não sucedeu. Os trabalhos efectivamente em falta correspondem às pavimentações (alguns trabalhos já estão em curso).-----

-----A nova data prevista para a Recepção Provisória é **09.02.2010**.-----

-----Face ao exposto, entende-se ser aceitável o pedido emitido pelo empreiteiro, salvo entendimento melhor, pelo que se submete à aprovação de V. Exma. Câmara.”-----

-----Deliberado conceder uma prorrogação graciosa pelo prazo de sessenta dias.-----

-----**CONCURSO DE PRESEPIOS – APROVAÇÃO DE REGULAMENTO E RESPECTIVO VALOR DE PRÉMIOS** – Presente uma informação do Vereador da Cultura e Desporto, Dr. Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves, no seguinte teor:-----

-----“No âmbito do 19.º Concurso de Presépios que irá decorrer durante os meses de Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010, proponho a aprovação do regulamento, que estabelece as regras aplicáveis aos participantes e á organização desta actividade.-----

-----Proponho também a aprovação da ficha de candidatura, para que as diversas entidades interessadas possam inscrever-se e participar no concurso anteriormente referido, assim como os respectivos valores referentes ás diferentes categorias a premiar:-----

-----Categoria A – Adulto-----

-----1º Prémio no valor de € 250-----

-----2º Prémio no valor de € 150-----

-----3º Prémio no valor de € 50-----

-----Categoria B – 3.º Ciclo-----

-----1º Prémio - material didáctico no valor de € 150-----

-----2º Prémio - material didáctico no valor de € 100-----

-----3º Prémio - material didáctico no valor de € 50-----

-----Categoria C – 1.º e 2.º Ciclo-----

-----1º Prémio - material didáctico no valor de € 150-----

-----2º Prémio - material didáctico no valor de € 100-----

-----3º Prémio - material didáctico no valor de € 50-----

-----Categoria D – Jardins-de-Infância: -----

-----1º Prémio - material didáctico no valor de € 150-----

-----2º Prémio - material didáctico no valor de € 100-----

-----3º Prémio - material didáctico no valor de € 50 -----

-----Saliente-se ainda que a exposição deste concurso irá decorrer, no “Espaço Jovem”
de Porto de Mós de **17 de Dezembro de 2009 a 23 de Janeiro de 2009**. Em anexo envio o
regulamento e respectiva ficha de inscrição do concurso. -----

-----À Consideração de V. Ex.^a e restantes membros do executivo municipal.” -----

-----Deliberado aprovar. -----

-----**CONCURSO PARA LOGOTIPO DO ESPAÇO SOCIAL DE PORTO DE MÓS** – Presente uma informação da Vereadora da Acção Social e Juventude, Dr.^a Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo, no seguinte teor:-----

-----“Uma vez que a Câmara Municipal de Porto de Mós está a iniciar o processo de
implementação do Espaço Social de Porto de Mós e por ser necessário fazer a divulgação do
mesmo surgiu a ideia de criar um logotipo que o identifique. -----

-----Assim, e por considerar que seria importante chamar a atenção dos jovens para as
questões sociais e incentivar o seu envolvimento em actividades de carácter social, gostaria de
propor o CONCURSO LOGOTIPO PARA O ESPAÇO SOCIAL DE PORTO DE MÓS, com o
tema: “PORTO DE MÓS SOLIDÁRIO”. -----

-----Assim, venho por este meio enviar em anexo o regulamento proposto. -----

-----Deixo à consideração de V. Excia.” -----

-----Deliberado aprovar. -----

-----**CONCURSO PARA LOGOTIPO DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE PORTO DE MÓS** – Presente uma informação da Vereadora da Acção Social e Juventude, Dr.^a Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo, no seguinte teor:-----

-----“Uma vez que a Câmara Municipal de Porto de Mós, em parceria com o Conselho
Nacional Para a Promoção do Voluntariado, está a iniciar o processo de implementação do
Banco Local de Voluntariado de Porto de Mós, e por ser necessário fazer a divulgação do
mesmo surgiu a ideia de criar um logotipo que identifique o Banco. -----

-----Assim, e por considerar que seria importante chamar a atenção dos jovens para as
questões sociais e incentivar o seu envolvimento em actividades de carácter social, gostaria de
propor o CONCURSO: LOGOTIPO PARA O BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE
PORTO DE MÓS, com o tema: “PORTO DE MÓS VOLUNTÁRIO”. -----

-----Assim, venho por este meio enviar em anexo o regulamento proposto. -----

-----Deixo à consideração de V. Excia.” -----

-----Deliberado aprovar. -----

-----**DESIGNAÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE ALBINO PEREIRA JANUÁRIO COMO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA DIRECÇÃO DA AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS URBANOS, LEIRIA, BATALHA E PORTO DE MÓS – RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO** – Deliberado ratificar. -----

-----**DESIGNAÇÃO DA SENHORA VEREADORA DA EDUCAÇÃO, DR.^a ANABELA DOS SANTOS MARTINS, COMO REPRESENTANTE DA CÂMARA** -----

MUNICIPAL NO CONSELHO FISCAL DA AGÊNCIA PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CENTROS URBANOS, LEIRIA, BATALHA E PORTO DE MÓS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO – Deliberado ratificar.-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR AO FUNDO SOCIAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS** – Presente uma carta do Presidente da Direcção do Fundo Social, a solicitar uma comparticipação financeira, destinada a fazer face às despesas com a Festa de Natal de 2009.-----

-----Deliberado atribuir um apoio financeiro no montante de catorze mil e oitocentos euros.-----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade.-----

-----De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Acta em Minuta no final da Reunião.-----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Acta.-----

